

JOÃO PEDRO SCALZILLI

João Pedro Scalzilli é doutor em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do Professor Doutor Erasmo Valladão A. e N. França. Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação da Professora Doutora Vêra Maria Jacob de Fradera, instituição na qual também colou o grau de Especialista em Direito Empresarial. É professor de Teoria Geral do Direito Empresarial e de Direito Falimentar e Recuperação de Empresas na Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul (Ajuris), bem como professor de Direito Empresarial na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), além de ser professor em cursos de pós-graduação. É membro do IBR - Instituto Brasileiro de Estudos de Recuperação de Empresas. Coautor do livro "Recuperação Extrajudicial de Empresas", publicado pela Editora Quartier Latin em 2013. É autor e coautor de artigos jurídicos publicados em livros e revistas especializadas. Advogado.

LUIS FELIPE SPINELLI

Luis Felipe Spinelli é doutor em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do Professor Doutor Erasmo Valladão A. e N. França. Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação dos Professores Doutores Carlos Klein Zanini e Judith Martins-Costa, instituição na qual também obteve os títulos de Especialista em Direito Empresarial e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Leciona em cursos de extensão e pós-graduação, sendo, também, professor de Direito Empresarial na Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul (Ajuris). É membro do IBR - Instituto Brasileiro de Estudos de Recuperação de Empresas. Autor do livro "Conflito de Interesses na Administração da Sociedade Anônima", publicado pela Editora Malheiros no ano de 2012, e coautor do livro "Recuperação Extrajudicial de Empresas", publicado pela Editora Quartier Latin em 2013. É autor e coautor de artigos jurídicos publicados em livros e revistas especializadas. Advogado.

SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, verão de 2015
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Diagramação: Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares

Capa: Eduardo Nallis Villanova

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe. Sociedade em Conta de Participação. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

ISBN 85-7674-740-5

1. Direito de Empresa. 2. Direito Societário. I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito de Empresa
2. Direito Societário

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Prefácio	11
Nota dos Autores	17
Agradecimentos	19

Introdução, 21

Capítulo 1 Noções Básicas, 27

1. Conceito	30
2. Características	31
3. Origem	34
3.1. Comenda	35
3.2. Transformação da comenda em sociedade	38
3.2.1. Estabilização da relação	38
3.2.2. Aversão ao comércio	38
3.2.3. Condenação da usura	40
3.3. Publicização da relação e ramificação do tipo	43
3.4. Divergência doutrinária	45
3.5. Disseminação	46
4. Regime jurídico	48
5. Natureza jurídica	50
5.1. Direito estrangeiro	60

Capítulo 2 Estrutura e Responsabilidade, 65

1. Facetas	67
1.1. Faceta externa	67
1.2. Faceta interna	70
2. Responsabilidade	79
2.1. Responsabilidade do sócio ostensivo	79
2.2. Responsabilidade do sócio participante	82
2.2.1. No plano externo	82
2.2.1.1. Degeneração	85
2.2.2. No plano interno	87
3. Falta de personalidade jurídica	94
3.1. Impossibilidade de titularizar relações jurídicas obrigacionais	95
3.2. Impossibilidade de titularizar relações jurídicas processuais	96
3.3. Ausência de patrimônio próprio	97

3.4. Ausência de firma ou denominação	98
3.5. Ausência de sede e domicílio	98
4. Mito da sociedade secreta	99
5. Formatações	103
5.1. Formatação básica	104
5.1.1. Formatação básica para a participação em operações específicas	106
5.1.2. Formatação básica para a participação duradoura	106
(a) Participação duradoura em parte do negócio do ostensivo	106
(b) Participação duradoura em todo o negócio do ostensivo	107
5.2. Formatação complexa	107

Capítulo 3

Figuras Próximas e Desvirtuamentos, 109

1. SCP v. Mútuo	112
2. SCP v. Comissão	116
3. SCP v. Negócio fiduciário	118
4. SCP v. Contrato de trabalho	120
5. SCP v. Sociedade em comum	128
6. SCP v. Sociedade em comandita	133
7. SCP v. Consórcio de sociedades	134
8. SCP v. Consórcio para aquisição de bens	137

Capítulo 4

Deveres dos Sócios, 141

1. Dever de contribuir para a formação do fundo social	143
1.1. Elasticidade do conceito de contribuição?	144
1.2. Sócio inadimplente (remissão)	146
2. Dever de participar das perdas	151
3. Deveres decorrentes da boa-fé	153
4. Dever de diligência	157
4.1. Dever de bem administrar	160
4.2. Dever de informar-se	162
4.3. Dever de fiscalizar (vigiar)	163
4.4. Dever de investigar	164
4.5. Dever de administrar com sucesso?	165
5. Dever de prestar contas	167
5.1. Momento	171
5.2. Forma	173
5.3. Liberação	175
5.4. Conteúdo	177
6. Outros deveres previstos no contrato social	178

Capítulo 5

Direitos dos Sócios, 179

1. Direito de participação nos lucros	181
1.1. Fixação	181
1.2. Remuneração?	185
1.3. Natureza	186
1.4. Elementos a considerar	186
2. Direito de fiscalizar	187
2.1. Delegação	190
2.2. Limites e responsabilidades	190
3. Direito de participar	191
3.1. Direito de voto	193
3.2. Participação na administração	194
4. Direito de retirada	195
5. Direito aos haveres	197
6. Direito ao acervo	198

Capítulo 6

Constituição, 199

1. Tipologia societária	201
2. Autonomia privada e modelagem societária	203
3. Requisitos de validade do ato constitutivo	204
3.1. Capacidade do agente	204
3.2. Licitude, possibilidade e determinação do objeto	207
3.3. Forma	211
4. Prova da existência da sociedade	215
5. Fatores de eficácia	220
6. Ingresso de novos sócios	221
6.1. Transferência da participação social	223
7. Emissão de títulos ou certificados	225
7.1. Títulos ou certificados meramente comprobatórios da condição de sócio	226
7.2. Títulos ou certificados transmissíveis da condição de sócio	226
8. Prazo de duração	228

Capítulo 7

Fundo Social, 231

1. Formação	233
1.1. Avaliação da contribuição	236
2. Natureza dos aportes	237
3. Titularidade dos bens	239

3.1. Formação de um patrimônio especial	240
3.2. Vinculação do patrimônio especial à exploração do objeto.....	241
3.3. Eficácia perante terceiros	242
3.3.1. Credores do sócio ostensivo	242
3.3.2. Credores do sócio participante	245
3.4. Adequada individualização	246
4. Teoria da aparência e tutela dos credores	247
5. Responsabilidade pela integridade do bem aportado	251
6. Posição fiduciária do sócio ostensivo	252
7. Garantias do participante	252

Capítulo 8

Aplicação Prática, 253

1. Situações típicas	255
2. Associação à quota	259
3. Contrato de investimento coletivo	265
3.1. Elementos caracterizadores.....	267
3.3.1. Investimento	267
3.3.2. Empreendimento comum.....	268
3.3.3. Expectativa de lucros	268
3.3.4. Esforços do empreendedor ou de terceiros.....	268
3.3.5. Oferta pública	269
3.2. Submissão dos CIC à CVM	270
3.3. Dinâmica do CIC.....	273
3.4. CIC <i>versus</i> SCP.....	274
3.5. Regras específicas para os CIC.....	280
3.6. Consequências do enquadramento	282
3.6.1. Deveres.....	283
3.6.2. Participação nos resultados	283
3.6.3. Fiscalização	283
3.6.4. Dissolução	284
3.6.5. Falência	284
3.7. Casuística pretérita.....	285
4. Funcionalidade	286

Capítulo 9

Falência dos Sócios, 289

1. Falência do sócio ostensivo	292
2. Falência do sócio participante	294
3. Falência de um sócio na sociedade com apenas dois sócios	296
4. Falência do ostensivo requerida pelo participante (e vice-versa)	297

Capítulo 10 Dissolução, 299

1. Dissolução <i>stricto sensu</i>	301
2. Liquidação	308
2.1. Modalidades	311
2.1.1. Extrajudicial	311
2.1.2. Judicial	311
3. Extinção	313

Capítulo 11 Contabilidade e Tributação, 315

1. Aspectos contábeis	317
2. Aspectos fiscais	319

Considerações Finais, 335

Bibliografia, 335

- A -	337	- N -	347
- B -	338	- O -	347
- C -	339	- P -	347
- D -	341	- Q -	348
- E -	342	- R -	348
- F -	342	- S -	349
- G -	343	- T -	350
- H -	344	- U -	351
- I -	344	- V -	351
- J -	344	- W -	351
- K -	345	- X -	352
- L -	345	- Y -	352
- M -	346	- Z -	352

Jurisprudência Citada, 353

Legislação Utilizada, 359

FRANÇA.....	359
ESPAÑA.....	360
ALEMANHA.....	361
ITÁLIA.....	362
PORTUGAL.....	363
ARGENTINA.....	367
URUGUAI.....	368
BRASIL.....	369